II Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil
BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: 200 ANOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

O DISCURSO OFICIAL SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Alâna Capitanio
Universidade Federal da Fronteira Sul
alana.capitanio@estudante.uffs.edu.br

Eixo 08: *Linguística, Letras e Artes*

Resumo: O trabalho busca compreender o discurso oficial *sobre a* formação docente para o Ensino Médio, textualizado no documento *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense* (2021). A pesquisa surge como necessária frente às mudanças impostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018) e para a Formação de Professores para a Educação Básica (2019). Inscrevemo-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Franco-Brasileira, por meio da qual foi possível depreender o modo como a Formação Docente é constituída pelo Discurso Pedagógico autoritário.

Palavras-chave: Formação Docente. Currículo Base. Discurso Pedagógico.

Introdução

Este trabalho busca analisar o discurso oficial *sobre a* formação docente para o Ensino Médio da rede estadual de ensino de Santa Catarina, textualizado no documento *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense* (2021), doravante Currículo Base (2021), produzido a partir das mudanças advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018) e para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica (2019). Entendemos que a temática da formação docente é muito discutida e debatida; do mesmo modo, compreendemo-la como um tema que "não se esgota nele mesmo" (SCHERER, 2008, p. 19), que se ressignifica e é ressignificado nas diferentes condições de produção.

Ademais, estamos tratando a formação docente a partir dos discursos sobre, os quais são "uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos" (ORLANDI, 2008, p. 44), e se constituem como "um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)" (Ibidem, p. 44). O discurso oficial *sobre* a formação docente, assim, institucionaliza, organiza, reduz e legitima vozes que constituem a formação docente da rede estadual Catarinense de modo evidente e transparente, mas que não o é, o que faz com que a pesquisa busque compreender a opacidade desse funcionamento, desnaturalizando-o.

Dito isto, a formação docente se constitui das/nas diferentes condições sócio-históricas e ideológicas, e mudanças na sua constituição são significadas como necessárias dentro dessas condições que nos são dadas como transparentes e óbvias. Contudo, são dizeres inscritos na relação língua e história, isto é, pela linguagem historicizam e determinam o documento base do ensino médio do território catarinense para a formação docente como discurso, efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 2009).

Nesse viés, o *corpus* de análise da pesquisa é constituído pelo *Capítulo 6- Formação Docente*, extraído do *Caderno 1 – Disposições Gerais: textos introdutórios e gerais do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (2021)*, por meio do qual é possível compreender o modo como a Formação Docente é constituída discursivamente. Assim, a pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Análise de discurso Franco-Brasileira, que nos permite compreender os efeitos de sentido e as filiações do dizer, inscritos pela língua e pela história, conforme determinadas condições de produção.

A Formação Docente no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense

O Currículo Base (2021) se constitui por trajetos que iniciaram antes dele mesmo. Como nos diz Orlandi (2001, p. 18), "toda história começa sempre antes", de modo que isso implica entender as condições de produção que envolvem os sujeitos, a situação, o contexto sócio-histórico e ideológico, e a memória como constitutiva dos sentidos que significam e produzem efeitos sobre o documento (ORLANDI, 2012a). Podemos afirmar que o Currículo Base (2021) é constituído por dizeres que perpassam as mudanças e marcos legais do Ensino Médio no Brasil e em Santa Catarina, os quais foram criados, atualizados, modificados, produzidos por sentidos mesmos e sentidos diferentes, significados conforme as suas condições de produção. Contudo, compreendemos que a publicação de uma primeira BNCC - Base Na-

cional Comum Curricular para a Educação Básica no Brasil, EM 2017, é o que se marca como um acontecimento histórico que resulta, posteriormente, na produção do Currículo Base (2021).

A constituição do Currículo Base (2021), assim, se faz necessária a partir da publicação da BNCC (2017). Em 2020, conforme Oliari (2021), a Secretaria de Estado da Educação iniciou os trabalhos de construção desse currículo, por meio do documento intitulado de Marco Zero do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, o qual foi produzido por um grupo de redatores formadores da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e da União de Dirigentes Municipais (UNDIME). Posterior a isso, o documento passou por diferentes frentes de trabalhos, as quais envolveram técnicos professores, gestores, coordenadores pedagógicos da rede estadual de Educação e profissionais de instituições privadas, Conselho Estadual de Educação até chegar à publicação final em março de 2021, compilada em quatro cadernos.

Atemo-nos neste trabalho ao *Caderno 1 - Disposições Gerais: textos introdutórios e gerais do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense*. É somente neste caderno que encontramos um capítulo dedicado à Formação Docente, disposto em uma única página, a página 110, intitulada "6 FORMAÇÃO DOCENTE". Se, por um lado, o número de páginas nos parece ser insuficiente dada a complexidade do tema, por outro lado, em nossa perspectiva discursiva, não é critério definidor nem determinador de sentidos, pois o discurso não é quantitativo, dado a ser contabilizado. Nosso objetivo como analistas de discurso é "descrever o funcionamento do texto" (ORLANDI 2012b, p. 23), ou seja, "mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade" (ORLANDI 2012b, p. 23), de modo que o discurso é inacabado, sempre um processo inesgotável.

Dito isto, o capítulo "6 FORMAÇÃO DOCENTE" é organizado em: três parágrafos iniciais, uma lista com onze temas que o documento afirma ser "de maior relevância a serem abordados" (SANTA CATARINA, 2021, p. 110) pela/na Formação Docente, um parágrafo final e a referência utilizada, sendo esta a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Não é mencionado no documento que a lista de temas é a mesma que se encontra no documento "Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio", produzido e publicado pela Secretaria de Estado da Educação no ano de 2019 e distribuído à rede de ensino no referido ano, como um documento que iria subsidiar a rede estadual de ensino no trabalho de implementação do Novo Ensino Médio.

A história do Capítulo 6 Formação Docente, portanto, começa antes mesmo do Currículo Base (2021) e da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. A lista de temas já se encontrava pronta, gestada, sem considerar outras possibilidades que poderiam surgir durante a produção e construção do próprio currículo. Isso nos faz pensar o modo como o Currículo Base (2021) é constitutivo de um discurso autoritário característico do discurso pedagógico (DP), que funciona como um dizer institucionalizado, "se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade" (ORLANDI, 1996, p. 28).

Conforme Orlandi (1996, p. 30), o DP produz efeitos por meio de dois aspectos, a saber: a questão da metalinguagem e a apropriação do cientista feita pelo professor. O problema da metalinguagem diz respeito ao referente, em que "fixam-se as definições e excluem-se os fatos" (Ibidem, p. 30), de modo que o referente é discursivo, são conceitos elaborados em discursos dispersos, enunciados implícitos, em que pela metalinguagem estabelecem um estatuto científico, utilizando-se de uma linguagem que "dilui seu objeto ao mesmo tempo em que se cristaliza como metalinguagem" (Ibidem, p. 30). Ademais, não há uma explicação do porquê do objeto de estudo, ou seja, não há explicação do porquê daquela lista com aqueles onze temas, "é-porque é" (Ibidem, p. 30); produzem-se recortes no objeto, sistematiza-o, fragmenta e homogeneíza, tranquiliza a técnica e o coloca como necessário, tornando-se um conhecimento valorizado, um saber legítimo (ORLANDI, 1996). Assim, a lista com onze temas/conceitos a serem abordados é marcada pelo saber útil, legítimo, inscrita numa dispersão de discursos que, através da metalinguagem, é colocada como óbvia, conclusiva, constituída muito antes de se pensar as necessidades que emergiriam a partir da construção do Currículo Base (2021).

Ainda, segundo Orlandi (1996, p. 31), o professor, e aqui pensamos a Formação Docente, por meio da metalinguagem, torna-se detentor(a) e autoridade daqueles temas/conceitos, "apaga-se o modo pelo qual se faz essa apropriação do conhecimento do cientista" (Ibdem, p. 31). Ou seja, a Formação Docente, constituída pelo DP, caracteriza o professor como aquele sem-saber, tábula rasa que precisa aprender o saber útil para ser docente do Novo Ensino Médio, como se antes disso não fosse professor.

Subsumido essa compreensão, o discurso oficial sobre a Formação Docente é constituído pelos sentidos do DP, autoritário, que decide, impõe e legitima quais são os temas "de maior relevância a serem abordados" (SANTA CATARINA, 2021, p. 110). Questionamo-nos, a quem são relevantes tais temas? E, pela língua, impõe-se a falta. Não se diz a quem os temas da formação docente são relevantes, quem os definiu e por que são relevantes. Não há

sujeito, característica do próprio DP, na medida em que "qualquer um (dentro das regras do jogo evidentemente) poderia ser seu sujeito (credibilidade da ciência), e onde existiria a distância máxima entre emissor e receptor (não haveria tensão portanto)" (ORLANDI, 1996, p. 28).

Considerações Finais

Por meio de nosso gesto analítico, compreendemos que o Currículo Base (2021) desenha autoritariamente uma Política Pública para a Formação Docente para o Ensino Médio no Território Catarinense. Entendemos, com Pffeifer (2021), as políticas públicas como parte da configuração do Estado e de seu funcionamento, marcadas por um funcionamento que se dá de forma articulada entre o Estado, o conhecimento e a formação social. Tais instâncias atuam indissociáveis na construção de consensos e de estabilização e administração de sentidos, "colocando os sujeitos e seus processos de identificação e subjetivação em relações tensas e contraditórias, com sentidos já postos, transparentes, unívocos" (PFFEIFER, 2021, p. 24).

A política pública de formação docente do território catarinense, assim, produz efeito de consenso sobre o que deve ou não fazer parte da formação continuada de professores, apagando a divisão do sentido, ou seja, apaga que a Formação Docente pode ser constituída de outros temas, de outras possibilidades. O sentido, concordamos com Orlandi (1996, p. 32), "está despedaçado e a aparência de unidade é dada pelo sentido garantido, o sentido sedimentado, institucionalizado, o dominante".

Nessa perspectiva, o efeito de consenso e a aparência de unidade, que esconde o autoritarismo do Discurso Pedagógico, são materializados e institucionalizados pelo Currículo Base (2021), documento este que representa o discurso legítimo e oficial, o qual interfere diretamente no modo como o sujeito-professor é compreendido, incluído ou excluído do processo de constituição da sua própria formação.

Referências

BRASIL**. Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017.

BRASIL. **Resolução MEC/CNE/CEB nº 3 de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://bit.ly/3QFQIH5 . Acesso em 10 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em 10 ago. 2022.

OLIARI, Gilberto. Prelúdios das proposições para a Filosofia na Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina. ***Revista Digital De Ensino De Filosofia - REFilo***, v. *7*, 19 Ed. p. 1-20, 2021.Disponível em: https://bit.ly/3w2nJW4 . Acesso em 5 ago. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento. 2 Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. Apresentação. In. ORLANDI, Eni. Puccinelli. (org.) **História das Ideias Linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Terra à vista. 2 Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise de Discurso:** Princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Discurso e Texto.** 4 Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

PFFEIFER, Cláudia. Discurso e política pública: um recorte pela reforma do ensino médio. In. LEONILDO LIMA, José et. Al. (Orgs.). **Teorias, práticas e políticas de ensino de Língua Portuguesa:** com a palavra o Profletras Cáceres. Editora UNEMAT, 2021.

SANTA CATARINA. **Caderno de Orientação para a Implementação do Novo Ensino Médio**. Santa Catarina: Secretaria de Estado de Educação do Estado de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3vmy6TB . Acesso em: 11 abr. 2022.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense:** Caderno 1 – Disposições Gerais. Santa Catarina: Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SCHERER, Amanda Eloina. Prefácio. In. ECKERT-HOFF, Beatriz. **Escritura de si e identidade:** o sujeito-professor em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.